

A psicologia no  
**Brasil:**  
Teoria e pesquisa

2

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

A psicologia no  
**Brasil:**  
Teoria e pesquisa

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

2



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## A psicologia no Brasil: teoria e pesquisa 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 A psicologia no Brasil: teoria e pesquisa 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-967-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.674220702>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea *A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa*, reúne neste volume dezoito artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

CARNAVALIZAÇÃO BAKHTINIANA E “O AUTO DA COMPADECIDA”: A COMICIDADE COMO DENÚNCIA SOCIAL E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Larissa de Souza Ferraz

Alice Oliveira Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207021>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

FEMINISMO DECOLONIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NA BASE DE DADOS SCOPUS

Lucas da Costa Souza

Milena Rafaela Souza Silva

Carla Gabrielle Galvão Melo

Eleci Teresinha Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207022>

### **CAPÍTULO 3..... 26**

RESGATAR E TRANSFORMAR: UM GRITO DE SOLTURA QUE ECOA NO BRASIL

Alanna Beatriz de Paula Alves

Juliana Santos Graciani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207023>

### **CAPÍTULO 4..... 35**

NECROPOLÍTICA NO ESTADO BRASILEIRO: QUEM DEVE VIVER?

Maíry Aparecida Pereira Soares Ribeiro

Ondina Pena Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207024>

### **CAPÍTULO 5..... 42**

O DIREITO A RESPIRAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Hugo Gabriel de Souza Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207025>

### **CAPÍTULO 6..... 50**

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXOS DA PANDEMIA

Alessandra Chaves da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207026>

### **CAPÍTULO 7..... 62**

IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE EMOCIONAL DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA

Emily Lemes Moisés

Maura Fernandes Sernichiario

Fernando Faleiros de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207027>

**CAPÍTULO 8..... 74**

ADOLESCÊNCIA E VIVÊNCIA DO VAZIO EXISTENCIAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

Anna Julia Fontana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207028>

**CAPÍTULO 9..... 89**

AS INTERVENÇÕES SOCIAIS EXTERNAS AO QUILOMBO E O IMPACTO DESTA NA AUTOESTIMA DA MULHER AFRODESCENDENTE

Mariane Rodrigues Duarte

Fabricao Malaquias Pereira

Gabriela Buchli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207029>

**CAPÍTULO 10..... 111**

LAZER COM REFUGIADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (SOCIALIZAÇÃO EM UMA NOVA ETAPA DA VIDA)

Bárbara Cardoso da Costa Santos

Madalena Pedroso Aulicino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070210>

**CAPÍTULO 11..... 122**

ENVELHE (SENDO) EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Nathália dos Santos Dutra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070211>

**CAPÍTULO 12..... 138**

PRÁTICAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Marcos Alexandre Alves

Josiane Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070212>

**CAPÍTULO 13..... 151**

MOVIMENTOS E COLETIVOS DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE ENQUANTO AGENTES DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Bianca Rocha Fiuza Sátiro

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Souza

André de Lima Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070213>

**CAPÍTULO 14..... 156**

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE POLICIAIS MILITARES: REFLEXÕES

## PSICOSSOCIAIS A PARTIR DE CONTEXTOS EDUCACIONAIS E DE TRABALHO

Maria de Fátima Quintal de Freitas

Dênis Wellington Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070214>

### **CAPÍTULO 15..... 174**

#### ITINERÁRIOS DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E A FAMÍLIA DE USUÁRIOS DE UM CAPS DE BELÉM: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA

Renata Raiol Magalhães

Lucivaldo da Silva Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070215>

### **CAPÍTULO 16..... 185**

#### ANÁLISE DA PERSONALIDADE DE UMA EQUIPE DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO PELO TESTE PALOGRÁFICO

Camila Espíndula da Silva

Bianca De Bem Lucas

Edinara Bellini Taetti

Josemara dos Santos Rodrigues

Suélen Rocha Centena Pizarro

Andreia Quadros Rosa

Lenise Alvares Collares

Stefânia Martins Teixeira Torma

Suzana Catanio dos Santos Nardi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070216>

### **CAPÍTULO 17..... 196**

#### EPIDEMIOLOGIA OU INDÚSTRIA DE AUTISMO? ANÁLISE DOS EFEITOS PROVOCADOS PELA MUDANÇA NO DSM-V E A BUSCA DE PRÁTICAS TERAPÊUTICAS PARA A “CURA DO AUTISMO”

Alcione do Socorro Andrade Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070217>

### **CAPÍTULO 18..... 208**

#### O QUE PREDIZ O ENVOLVIMENTO PARENTAL NAS ATIVIDADES ESCOLARES?

Myrian Machado de Paula Silveira

Vinícius Junio Goes da Silva

Leonardo Vasconcellos Munayer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070218>

### **SOBRE O ORGANIZADOR..... 216**

### **ÍNDICE REMISSIVO..... 217**

## NECROPOLÍTICA NO ESTADO BRASILEIRO: QUEM DEVE VIVER?

Data de aceite: 01/02/2022

### **Maíry Aparecida Pereira Soares Ribeiro**

Doutoranda em Psicologia – UCB-Brasília; Mestre em Educação- PUC-Goiás; Especialista em Estudos Linguísticos e Literários-UFG; Especialista em Letramento Informacional-UFG; Graduada em Letras Português-UFG; Graduada em Letras-Libras-UFG; Professora das Licenciaturas do UNIGOIÁS; Estatutária da Secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte de Goiás

### **Ondina Pena Pereira**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília e pos-doutorado em Psicologia Social na Université du Québec à Montreal. É professora adjunta da Universidade Católica de Brasília. Pesquisa a área de saúde e sua relação com as ciências humanas e a filosofia; a psicanálise e suas relações com a sociedade; epistemologias em psicologia; a psicologia e a interculturalidade; teorias de gênero e feminismo; imagens técnicas e teoria do simulacro; clínica política

...é impossível defender direitos humanos sem ao menos uma vez ser ser humano. O que é ser, humano?  
Thiago Minagé

**RESUMO:** A dignidade humana é um direito Universal, embasado na Constituição Federativa

Brasileira de 1988, adquirido desde o nascimento, devendo ser garantido pelo estado. Mas, este direito tem realmente sido aplicado? Esse texto objetiva problematizar essa suposta garantia, lembrando acontecimentos históricos como: o golpe militar de 1964; o Holocausto brasileiro, ocorrido no hospital psiquiátrico Colônia (1903 e 1980); e a recente crise da pandemia da Covid-19, onde se percebe que o Estado brasileiro, ao contrário de ratificar a Dignidade como característica intrínseca e distintiva de todo ser humano, atua de forma a manter os privilégios, a desigualdade e a desumanidade. Índios, pobres, negros, desertores, velhos e loucos têm direitos, mas somente na Lei. Portanto, a promoção da Dignidade da Pessoa Humana se torna uma luta contra a Necropolítica de um Estado Soberano, por meio de uma ação contínua e diária se se pretende um tratamento humanizado de todos e a construção de um Estado promotor da vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Necropolítica. Estado. Soberania. Vida. Morte.

**ABSTRACT:** Human dignity is a universal right, founded on the Brazilian Federal Constitution of 1988, purchased since birth, and must be guaranteed by the state. But, was this right really applied? This objective text aims to resolve this guarantee, recalling historical facts such as: the military coup of 1964; the Brazilian Holocaust, which took place at the psychiatric hospital in Cologne (1903 and 1980); and a recent pandemic crisis in Covid-19, where the Brazilian State is perceived, as opposed to ratifying a dignity as an intrinsic and distinctive characteristic of every human being, acts in a way to maintain privileges,

inequality and inhumanity. Indians, poor, black, deserts, old and crazy have rights, but only in the Law. Therefore, the promotion of the Dignity of the Human Person becomes a fight against the Necropolitics of a Sovereign State, through continuous and daily action, to consider a humanized treatment of all and the construction of a state that promotes life.

**KEYWORDS:** Necropolitics. State. Sovereignty. Life. Death.

## INTRODUÇÃO

A dicotomia entre a economia e a vida é o pilar que se pauta o estado brasileiro, resultado, ao longo da sua história, de uma por uma necropolítica que fere a dignidade da pessoa humana.

Vale ressaltar que durante a constituição do estado brasileiro, há marcas e manchas de brasileiros e brasileiras, que foram dizimados ou pelo próprio estado ou pela sua omissão, como se pode constatar em relação aos povos indígenas, às mulheres, ao povo negro e aos pobres.

Neste sentido, esse paper objetiva discutir alguns genocídios os quais o Estado se omitiu em relação à proteção da vida de seus cidadãos, corroborando para que o capital sobrepujasse à vida humana.

## DESENVOLVIMENTO

A necropolítica no Estado brasileiro fere a dignidade da pessoa humana que é um princípio que fundamenta a República Federativa do Brasil, pois ela é intrínseca ao ser humano desde o seu nascimento, por isso, o seu conceito é o núcleo exegético do cenário jurídico brasileiro, sendo, portanto, o parâmetro norteador da justiça brasileira.

Assim, deve-se entender a Dignidade da Pessoa Humana como um valor moral e espiritual o qual todo o ser humano possui, sendo esse preceito constituinte do Estado Democrático de Direito; por essa razão, a exigência do cumprimento pelo Estado da aplicação prática desse direito Universal.

Mas como é possível a aplicação prática desse direito? A resposta é simples e paradoxal, pois o cerne dessa aplicação são os Direitos Humanos os quais foram criados para tutelar os direitos fundamentais, precisamente na Constituição Federativa Brasileira de 1988, cujo artigo 6º apresenta os parâmetros de aplicação dos Direitos Humanos, a saber:

“Art. 6º São direitos sociais à educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, se o Estado em sua soberania assegurar e proporcionar a plena fruição desses direitos fundamentais, conseqüentemente, preservar-se-á dignidade da

pessoa humana. O que nem sempre é possível, pois, como se pode verificar na história brasileira, há exemplos de descumprimento desses parâmetros basilares da Legislação. Conforme Konder Comparato (2017), a gênese dualista, de um lado os capitalistas e a igreja e de outro o povo, da organização do Estado brasileiro sempre pautou em privilégios, ratificando a preservação de direitos individuais, em detrimento dos direitos naturais.

Nessa acepção, Achille Mbembe (2016) parte do pressuposto que a expressão máxima da soberania reside em grande medida no poder e na capacidade do Estado determinar quem pode viver e quem deve morrer. Logo matar ou deixar viver constitui os limites da soberania e seus atributos fundamentais, portanto, ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder.

Por conseguinte, se torna evidente por que a manutenção do interesse desse grupo (Estado e seus agregados capitalistas) sobrepõe-se ao da maioria, ou seja, do povo, corroborando para a preservação de seus privilégios e, conseqüentemente, da desigualdade social, de forma que há uma supressão dos Direitos Humanos pelo Estado.

Outro exemplo a ser citado é o genocídio dos índios brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população indígena brasileira (IBGE) representava, em 2012, só 0,4% da população total brasileira. Esses dados evidenciam que, desde o início da colonização do Brasil, os índios sofreram uma redução de 99,6% da população geral do país. Em 1500, o número de índios nas terras brasileiras era em torno de 10 milhões, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e hoje só restam, aproximadamente, 817.963 mil índios.

Neste sentido, Luis Ruffato (2016), por meio dos dados coletados no relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), aponta que, no ano de 2014, 138 índios foram assassinados devido a conflitos com invasores em seus territórios, contudo não se há registro da interferência do poder público para protegê-los. 21 índios adultos faleceram, pois não tiveram acesso ao sistema de saúde. Não constam programas de saúde preventiva para a população indígena, cuja doença mais comum que causa óbito é a gripe, responsável por 15,3% das mortes entre os índios adultos.

Outra causa é a mortalidade infantil da população indígena que atinge índices gigantescos, 41,9 crianças mortas por mil nascidas quando a média nacional é a metade 22 crianças mortas por mil nascidas vivas. Os números do Data SUS registram que a principal causa de óbito entre crianças indígenas de até nove anos de idade é a desnutrição. Vale ressaltar que esse grupo apenas representa sozinho 55% do total de mortes por desnutrição no Brasil. Logo, esses dados comprovam o genocídio que ocorre em relação aos índios brasileiros.

Por conseguinte, a necropolítica se faz presente desde a infância até a fase adulta da população indígena, pois os indígenas são desassistidos pelo poder público, abandonados à própria sorte, resultando em outra causa de mortes: o suicídio, este entre os indígenas alcança proporções alarmantes, a média do Brasil é de 5.3 suicídios por 100 mil habitantes,

todavia a incidência entre os indígenas atinge uma média de 9,6 para cada 100 habitantes, em alguns municípios da Região Norte, há 30 suicídios por 100 mil habitantes. Dados da Organização das Nações Unidas denunciam que a causa da taxa de suicídio entre os indígenas é devido ao contexto de discriminação, marginalização, colonização traumática e perda das formas tradicionais de vida que resultam em sentimento de isolamento social.

O que se percebe é que o direito fundamental à vida é desrespeitado pelo próprio Estado Soberano, quando se torna, mais do que omissivo, promotor indireto da matança do povo indígena, quando não assegura a sua proteção quanto à presença de invasores em suas terras, ou seja, quando não os protege, ao contrário, dá cobertura a latifundiários que cada vez mais ampliam seus domínios territoriais, de acordo com a ideologia de assimilação dos povos indígenas proferida abertamente pelo governo atual. A história oficial esconde os dados mais do que conhecidos daqueles que acompanham de perto as lutas dos indígenas.

Outro exemplo claro de necropolítica foi o fato de que o Golpe Militar de 1964, na sua própria trama inicial, dá a perceber o interesse de grupos. Tal como afirma Comparato (2017) que “Na gênese do golpe de Estado de 31 de março de 1964, encontramos a profunda cisão lavrada entre os dois grupos que sempre compuseram a oligarquia brasileira: os agentes políticos e a classe dos grandes proprietários e empresários.[...]”. Segundo esse autor, os empresários e igreja manifestaram imediatamente apoio às Forças Armadas a fim que depusessem os governantes em exercício substituindo por outros que lhes representassem seguindo a velha tradição histórica.

Dessa forma, Estado, Igreja e empresários mantiveram e mantêm privilégios, em desacordo visível com o que afirmam os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana. As vidas nada significam para os agentes do poder ditatorial, pois durante a Ditadura Militar, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), houve 434 mortes ou desaparecimentos forçados. Destas 434 mortes, 191 pessoas foram assassinadas; 210 tidas como desaparecidas e 33 foram listadas como desaparecidas, mas depois seus corpos foram encontrados. Reforçando o lado aviltante do Estado que de acordo com o relatório da CNV “Os homicídios eram cometidos pelos órgãos de segurança com uso arbitrário da força em circunstâncias ilegais, mesmo considerado o aparato institucional de exceção criado pelo próprio regime autoritário, iniciado com o golpe de 1964”(BRASIL, 2014).

Neste mesmo sentido, verifica-se o descumprimento máximo dos Direitos Humanos no caso que ficou conhecido como o holocausto brasileiro, conforme narra a pesquisa da jornalista Daniela Arbex, publicada no livro “Holocausto brasileiro”, ocorrido no hospital psiquiátrico Colônia em que “Sessenta mil pessoas perderam a vida no Colônia. As cinco décadas mais dramáticas do país fazem parte do período em que a loucura dos chamados normais dizimou, pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror. Restam hoje menos de 200 sobreviventes dessa tragédia silenciosa.” (ARBEX, 2013, p. 24)

As vidas foram ceifadas com a anuência do Estado, da Igreja e da própria sociedade,

sobre o que Arbex (2013) afirma

[...]. Por isso, a Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar. (p.23-24)

O que se percebe historicamente é que a aplicação de fato do direito à dignidade humana ratificada na legislação brasileira nunca houve efetivamente, pois o Estado sempre esteve a serviço de grupos determinados, mesmo que acreditemos no seu dever de ratificar a Dignidade como característica intrínseca e distintiva de todo ser humano. O Estado, ainda que em determinados momentos e nas mãos de governos populares, garanta condições materiais para o respeito à dignidade, encarna, na maioria das vezes, o próprio algoz, atuando de forma a manter os privilégios, a desigualdade e a desumanidade.

Agora, em 2020, em pleno auge do Neoliberalismo, difundido pelos pensadores neoliberais que se apoiam em teóricos como Friederich Hayek (2010), que publicou *O caminho da servidão*, no qual desenvolve a premissa de que toda forma de intervenção estatal constitui um sério risco para a liberdade individual e o já conhecido Milton Friedman, vemos o receituário neoliberal produzir impacto direto na existência global, deixando os países mais pobres, mais excludentes, mais desiguais.

Enfim, onde os direitos da comunidade deveriam prevalecer, surgirão, ao contrário, políticas de fortalecimento de uma sociedade de indivíduos, na qual alguns dentre eles, os privilegiados, estarão a salvo nas crises. Isso é evidenciado com a pandemia da Covid-19, diante da qual o Estado Soberano reage minimizando os riscos, transformando-a em arma letal. Eis o que o então o Ministro da Saúde, Nelson Teich (UOL, 2020) afirma que diante da limitação financeira se tem a necessidade de fazer escolhas, assim entre uma pessoa idosa com doença crônica e um adolescente, a escolha, obviamente, recairá em cuidar do adolescente, já que embora o gasto possa ser o mesmo o adolescente ainda terá uma longevidade maior em detrimento da pessoa velha.

Discurso ratificado pelo Presidente da República, I, na contramão das orientações da Organização Mundial de Saúde e das grande maioria dos países, que compreenderam que a melhor forma de combater o vírus é o isolamento social, afirma que é somente uma “gripezinha” e que

A economia não pode parar. Afinal de contas, não basta termos meios, se não tivermos como levá-los ao local onde serão usados, bem como os profissionais têm também que se fazer presentes nesses locais [...] Então estamos acertando para que um Estado não aja diferente dos outros e que não bote em colapso o setor produtivo. (EXAME, 2020)

E ainda –

Olha só, deixa eu falar para vocês aqui o que eu vejo que está acontecendo com as informações que eu tenho. Esse vírus é igual uma chuva, vai molhar 70% de vocês, tá certo? Isso ninguém contesta, que toda nação vai ficar livre de pandemia depois que 70% [da população] for infectada e conseguir os anticorpos. Ponto final. Agora desses 70%, uma pequena parte, que são os idosos e quem tem problema de saúde, vai ter problema sério, vai passar por isso também. O que estão fazendo é adiar para ter espaço nos hospitais. Mas tem um detalhe: a sociedade não aguenta ficar dois, três meses parada, vai quebrar tudo - declarou Bolsonaro, logo após um apoiador lhe dizer que "pilantras" estão ocupando a Câmara dos Deputados, o Senado e o Supremo Tribunal Federal (STF). (O GLOBO, 2020)

Conclui-se que a soberania do Estado brasileiro consiste na escolha entre as vidas que importam e as que não importam, quem é descartável e quem não é, e, com isso, provocar a destruição máxima de pessoas vulneráveis. Assim, o Estado, que deveria assegurar a igualdade de Direitos, escolhe quem tem "Direitos", inclusive o de Viver.

Índios, pobres, negros, desertores, velhos, loucos... têm direitos? Sim, têm, mas na Lei, na qual os direitos humanos são fundamentais e conexos ao direito natural; na prática, não cumpre os deveres fundamentais que asseguram a todas as pessoas proteção contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano que lhes garanta condições existenciais mínimas para uma vida saudável, ao contrário... porém

"[...] abre-se a última grande encruzilhada da evolução histórica: ou a humanidade cederá a pressão conjugada da força militar e do poderio econômico-financeiro, fazendo prevalecer uma coesão puramente técnica entre os diferentes povos e Estados, ou construiremos enfim a civilização da cidadania mundial, com respeito integral aos direitos humanos, segundo o princípio da solidariedade ética." (COMPARATO, 2008, p.70)

Portanto, a promoção da Dignidade da Pessoa Humana se torna uma luta dantesca contra um Estado Soberano mortal, é uma ação contínua e diária resultando na humanização de **todos** e conseqüentemente, na construção de um Estado verdadeiramente justo e democrático no qual **Todos Sejam Iguais tanto na Lei quanto na Prática.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição do estado brasileiro desde a sua Gênese ostenta os rastros de sangue dos seus cidadãos. Este Estado Soberano cujo dever é promover a vida de todos e todas, a sua produção, reprodução e desenvolvimento fomentam a destruição de muitos. O política da morte torna-se basilar uma vez que não ampara os seus cidadãos. Faz uso de uma necropolítica cuja racionalidade Mortífera é valorizada pelo sistema econômico, portanto, a proteção se dá ao capital e não à vida. Logo, os vulneráveis se tornam cada vez mais vulneráveis sucumbidos à própria sorte, privados da proteção estatal. Assim, segundo essa lógica quem não ganha dinheiro não vive, o valor da vida se torna secundário ao dinheiro, o poder do Capital se torna primazia em relação à Vida.

## REFERÊNCIAS

A economia não pode parar por Coronavírus diz Bolsonaro. **Exame**, 20 de março de 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/economia-nao-pode-parar-por-coronavirus-diz-bolsonaro-a-empresarios/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

'Esse vírus é igual uma chuva, vai molhar 70% de vocês', diz Bolsonaro a apoiadores. O GLOBO, São Paulo, 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/esse-virus-igual-uma-chuva-vai-molhar-70-de-voces-diz-bolsonaro-apoiadores-1-24349253>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1. Ed. - São Paulo: Geração Editorial, 2013.

AZEVEDO, Reinaldo. (2020, abril 17) Teich escolheria mandar velhos morrer em casa para reservar UTI a jovens. **UOL**, 2020 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/04/17/teich-escolheria-mandar-velhos-morrer-em-casa-para-reservar-uti-a-jovens.htm?cmpid=> Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>>Acesso em: 15 abr. 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_. **Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro**. Disponível em: [http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos\\_comunicacao/Cinquenten%C3%A1rio%20do%20Golpe.pdf](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/Cinquenten%C3%A1rio%20do%20Golpe.pdf). Acesso em: 10 jun. 2017

RUFFATO, Luis. Os índios, nossos mortos. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/13/actualidad/1468422915\\_764996.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/13/actualidad/1468422915_764996.html). Acesso em: 10 de julho de 2017

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abuso sexual 50, 54, 57, 58, 60, 61

Adolescentes 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 102, 108, 183

Auto da Compadecida 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12

Autoestima 89, 91, 92, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110

### B

Bibliometria 14, 16, 17, 19, 23, 24, 25

### C

Carnavalização 1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Comicidade 1, 3, 4, 5, 7, 11, 12

Contextos externos 89, 107

COVID-19 35, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 55, 56, 59, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 81, 83, 84, 85, 87, 161, 177

Cultura 2, 4, 5, 7, 12, 13, 35, 49, 57, 89, 90, 91, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 130, 133, 158, 161, 192, 206, 216

### D

Decolonial 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Deslocamento 68, 111, 117, 206

DSM-V 196, 197, 199, 203, 206

### E

Educação formal 156, 171

Educação informal 156

Educação não formal 156

Envelhecimento 122, 124, 125, 132, 133, 136, 137

Equipe de contabilidade 185, 186, 187, 193

Espiritualidade 86, 174, 176, 183, 184

Estado 6, 15, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 61, 62, 65, 66, 70, 72, 91, 93, 94, 116, 123, 124, 136, 140, 145, 146, 147, 148, 150, 153, 156, 160, 164, 168, 169, 177, 200, 202

### F

Feminismo decolonial 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Fenomenologia 85, 174, 184

## I

Identidade 5, 29, 91, 97, 102, 109, 117, 122, 127, 129, 131, 136, 151, 152, 153, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 178, 181, 182, 198, 207

Idosos 40, 65, 102, 108, 110, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Instituições de longa permanência 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 134, 135, 136, 137

Intervenção 39, 42, 57, 107, 138, 142, 146, 149, 179, 212

Isolamento social 38, 39, 45, 54, 55, 56, 58, 59, 63, 65, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 106, 126, 134

## K

Kurt Lewin 26, 27, 28, 29, 31, 34

## L

Lazer 36, 52, 57, 68, 76, 77, 81, 86, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 132, 136

Liderança 26, 31, 32, 185, 193

## M

Manifestações 1, 5, 6, 7, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 58, 91, 175

Moradia 36, 122, 123, 125, 135, 137, 164

Morte 35, 40, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 64, 75, 82, 85, 100, 124, 129, 130, 137, 139

Mulher afrodescendente 89, 92, 97, 106, 107, 109

## N

Necroliberalismo 42

Necropolítica 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49

## P

Pandemia 35, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 161, 177, 193, 200, 214

Personalidade 29, 33, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Poder popular 26, 28

Práticas cotidianas 156, 170

Prisões 126, 130, 136, 138, 140, 144, 146, 147, 150

## R

Refugiados 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Reintegração social 111, 114, 120, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

Religiosidade 152, 174, 176, 180, 182, 183, 184, 195

Resistência política 1

## **S**

Saúde emocional 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72

Saúde mental 32, 33, 62, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 75, 81, 84, 85, 124, 137, 140, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 187, 211, 212

Segurança pública 46, 55, 140, 150, 156, 172

Sistema prisional 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

Soberania 15, 27, 35, 36, 37, 40, 47

Sociologia 12, 48, 150, 196, 197, 198, 207

## **T**

Teste palográfico 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 195

Transtorno do Espectro Autista (TEA) 196, 197, 199

## **U**

Universitários 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73

## **V**

Vazio existencial 74, 75, 76, 80, 83, 84, 86

Velhice 122, 123, 124, 130, 131, 132, 133, 134, 136

Vida 3, 6, 7, 8, 15, 27, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 57, 63, 65, 66, 68, 71, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 95, 98, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 147, 153, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 187, 190, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 208, 209, 213, 214

Violência contra crianças e adolescentes 50, 52, 53, 57, 59

Violência sexual infantil 50, 61

# A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

2



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# A psicologia no Brasil:

## Teoria e pesquisa

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

2



**Atena**  
Editora  
Ano 2022